

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.659 - MS (2018/0344155-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **ADRIANO DE ALMEIDA MARQUES E OUTRO(S) - MS009990**
AGRAVADO : **ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES**
AGRAVADO : **IDE LEITE FERNANDES**
AGRAVADO : **RODRIGO PIMENTEL ADOVAGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADO : **LEANDRO JOSÉ DE ARRUDA FLÁVIO E OUTRO(S) - MS020805**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., em face de decisão que negou seguimento ao apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja ementa se reproduz:

E M E N T A. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIBERAÇÃO DO VALOR REMANESCENTE PENHORADO. VALOR REFERENTE AOS DANOS MATERIAIS CORRESPONDENTES AOS ESTORNOS INDEVIDOS DA INDENIZAÇÃO DO PROAGRO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONVOLAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU. DISCUSSÃO A RESPEITO DOS PARÂMETROS E FORMA DE APURAR O VALOR DEVIDO A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS JÁ DECIDIDA NO PROCESSO N. 1413329-94.2017.8.12.0000. COISA JULGADA. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDIVIDUALMENTE. POSSIBILIDADE. MULTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO PROTETATÓRIO. NÃO DEMONSTRADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não há falar em indeferimento de liberação do valor penhorado remanescente referente aos danos materiais correspondentes aos estornos indevidos da indenização do Proagro, porquanto não houve convolação por este Sodalício do efeito suspensivo concedido em primeiro grau, assim como os cálculos apresentados pelo exequente estão em consonância com os parâmetros já estabelecidos em acórdão anteriormente proferido.

É perfeitamente possível a execução de honorários individualmente requerida quando se trata de novos honorários advocatícios fixados na fase executiva em favor dos novos patronos do exequente.

Incabível a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º, do CPC, quando não demonstrado que os embargos de declaração opostos são protetatórios. (fl. 47)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, com aplicação de multa, ante o reconhecimento do caráter protetatório.

Nas razões do recurso especial, a Instituição bancária alega ofensa ao disposto nos arts. 7º, 489, II e §1º, IV, 523, 1.022 e 1.026, §2º, do CPC/2015, aduzindo a existência de omissões no acórdão recorrido. Isso porque, segundo defende, houve liberação precoce de valores depositados em juízo, tendo em vista o curso regular do cumprimento de sentença, com divergência de cálculos apontados pelas partes; afirma

que os embargos tiveram o objetivo de prequestionamento. Insurge-se, também, contra a multa aplicada nos embargos de declaração na origem, sob o argumento de que não tiveram caráter protelatório. Cerceamento de defesa, devido a autorização de levantamento prematuro de valores; que não houve o esgotamento do prazo para recursos.

É o breve relatório.

DECIDO.

2. Acerca das omissões, dispôs o acórdão recorrido:

[...] como se vê, constata-se, na hipótese, que não há fundamento algum na tentativa de se rediscutir sobre o efeito suspensivo na liberação de novos valores, bem como quanto à alegada inocorrência do trânsito em julgado da decisão proferida no agravo de instrumento, visto que a matéria restou devidamente esmiuçada no decisum objurgado, como pode-se vislumbrar do trecho do voto condutor que se segue:

Com efeito, no caso, tanto o pedido de liberação do montante remanescente penhorado à f. 1.378, nos moldes da manifestação de fls. 1.684-1.687, quanto o requerimento de prosseguimento do feito relativamente aos honorários de 15% fixados na decisão de fls. 1.596-1.6041 dos autos principais n. 0302197-94.2009.8.12.0011, merecem acolhimento, devendo ser afastada tão somente a multa por litigância de má-fé.

Explico.

Em primeiro lugar, não há falar em indeferimento de liberação de valores em razão de eventual efeito suspensivo concedido em primeira instância, porquanto a impugnação ao cumprimento de sentença já foi julgada, tendo havido a interposição de dois agravos de instrumento (n. 1405625-93.2018.8.12.0000 e 1405624.11.2018.8.12.0000), os quais estão sendo, inclusive, apreciados na presente sessão de julgamento, os quais, aliás, foram recebidos tão somente no efeito devolutivo.

Desta feita, em tendo sido os aludidos recursos recebidos no efeito devolutivo, certo é que não houve convolação da decisão de primeiro grau que recebeu a impugnação e concedeu-lhe equivocadamente efeito suspensivo.

Em segundo lugar, verifico que não há óbice na liberação do remanescente do montante penhorado à f. 1.378, considerando que o título executivo judicial foi devidamente composto quando do julgamento do recurso de apelação cível, no momento em que, por unanimidade, foi dado provimento ao recurso de apelação dos autos principais n. 0302197- 94.2009.8.12.0011, julgando-se procedentes os pedidos de indenização por danos materiais e morais, custas judiciais, assim como fixando honorários advocatícios, em favor do patrono do autor. Veja-se trecho do acórdão:

[...] O acórdão em questão transitou em julgado, de modo que iniciou-se o cumprimento de sentença, através do qual o exequente pleiteia o recebimento de danos morais, danos materiais referentes à valores relativos aos estornos indevidos da indenização do Proagro, relatados na inicial, custas judiciais, multa de 10% do antigo art. 475-J do CPC de 1973, que totalizavam R\$ 2.961.847,74, assim como honorários advocatícios no montante de R\$ 592.369,43 (valores estes atualizados em 2.3.2015).

Foi realizada a penhora via bacen-jud do valor e R\$ 2.961.847,14 (valor principal), em 18.3.2015, sendo reconhecido como incontroverso pelo banco executado ora agravado tão somente o valor de R\$ 505.587,10, quantia esta liberada em favor do (autor e parte) patrono Juarez Marques Batista.

Diante disso, iniciou-se uma série de tentativas do banco requerido visando não liberar o valor remanescente penhorado decorrente dos estornos indevidos (danos materiais), tanto que houve interposição do agravo de instrumento n. 1413329-94.2017.8.12.0000, que me coube relatar, no qual discutiu-se exatamente essa questão.

Eis a ementa: [...]

Colaciono, por oportuno, trecho do acórdão supramencionado, em que se reconheceu, por unanimidade, que na apuração dos valores deve-se incluir as "cominações sobre o valor estornado", conforme planilha apresentada pelo exequente à f. 96 dos autos principais (n. 0302197- 94.2009.8.12.0011): [...]

Outrossim, anote-se que, ainda, foram opostos embargos de declaração sob o n. 1413329-94.2017.8.12.0000/50000, os quais foram rejeitados por unanimidade, conforme ementa a seguir transcrita: [...]

Vê-se, portanto, que não há como entender que os cálculos apresentados pelos exequentes ora agravantes estão incorretos, ou mesmo que há controvérsia na apuração de valores, porquanto o valor que está sendo executado (dano material correspondente aos estornos indevidos da indenização do Proagro) encontra-se dentro dos parâmetros estabelecidos por esta 1ª Câmara Cível, nos termos dos acórdãos já mencionados anteriormente.

Ora, mesmo que haja interposição de eventual recurso aos Tribunais Superiores, é cediço que não terão eles efeito suspensivo, porquanto, a regra geral é nesse sentido.

Saliento, por oportuno, que nesta mesma sessão de julgamento está sendo julgado o Agravo de Instrumento n. 1405624-11.2018.8.12.0000, interposto pelo Banco do Brasil S.A, no qual, novamente, tenta a instituição financeira rediscutir acerca da forma de apuração do valor devido quanto aos danos materiais (estornos indevidos da indenização do Proagro), matéria esta atingida pela coisa julgada.

No tocante à alegação dos agravantes de que deve ser dado prosseguimento do Cumprimento de Sentença de Honorários Advocatícios de 15%, fixados na decisão de fls. 1.596-1.604 dos autos principais n. 0302197-94.2009.8.12.0011, verifico igualmente assistir razão aos agravantes.

Compulsando os autos, não vejo qualquer razão para exigir que a execução de honorários seja realizada em conjunto com o processo principal ou mesmo em conjunto com os antigos patronos da causa.

No caso em comento, os advogados do autor, Juarez Marques Batista e João Alberto Batista, requereram execução de honorários advocatícios que lhe são devidos, decorrentes do provimento do recurso de apelação cível n. 0302197-94.2009.8.12.0011, transitado em julgado, em que condenou-se o banco requerido ao pagamento de 20% a título de honorários advocatícios sobre o valor da condenação.

Veja-se dispositivo do mencionado acórdão: [...] Ocorre que, em sede de cumprimento de sentença, os novos causídicos do exequente, ora agravantes, responderam à impugnação ao cumprimento de

sentença ofertada pelo banco agravado, a qual foi acolhida em parte, tendo sido arbitrado o percentual de 15% a título de honorários advocatícios sobre o valor devido da execução.

O mencionado valor a título de honorários, de fato, não tem qualquer correspondência com os honorários fixados no processo de conhecimento em favor do antigo patrono Juarez Marques Batista.

Portanto, não vislumbro qualquer óbice na liberação do valor remanescente, conforme pretendido pelos agravantes na petição de fls. 1.684-1.687, assim como no prosseguimento do feito quanto aos honorários de 15% fixados na decisão de fls. 1.596-1.604 dos autos principais n. 0302197-94.2009.8.12.0011.

[...]

Dito isso, no mais, constato que a instituição financeira ora embargante pretende na verdade, através dos presentes declaratórios, tão só provocar o reexame e prequestionar a matéria exaustivamente debatida no acórdão profligado.

Entretanto, como cediço, os embargos de declaração não são a via apropriada para o reexame de matéria de mérito já decidida, da mesma forma que não se prestam para a manifestação expressa sobre aplicação ou violação de dispositivos legais ou constitucionais com a finalidade única de prequestionamento.

A toda evidência, não há falar em qualquer violação ao art. 1.022 do CPC/2015, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. Destaco que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1608804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

3. Também não se verifica, no caso, a alegada vulneração do art. 489 do CPC/2015, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

Nota-se que, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, a Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

4. Quanto à multa aplicada com amparo no art. 1.026, § 2º, do atual CPC, ressalte-se que, examinados a petição destes e o acórdão embargado, verifica-se que o Tribunal Estadual já havia analisado e decidido de modo claro e objetivo as questões que

delimitaram a controvérsia, não havendo a necessidade de oposição de embargos de declaração.

Cumpre assinalar, que o mero inconformismo da parte não constitui hipótese de cabimento de embargos de declaração e tampouco caracteriza vício no acórdão. Desse modo, deve ser mantida a multa ali aplicada.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVA DO AGIR INDEVIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 7/STJ.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo acerca da regularidade da anotação do débito em nome da autora, ora agravada decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso por ambas alíneas.

2. **Revela-se pacífica a orientação desta Corte de que a análise da existência do elemento subjetivo necessário à caracterização dos atos atentatórios à dignidade da justiça implicaria reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 396.678/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 15/10/2013.

5. No que tange ao alegado cerceamento de defesa, devido a autorização de levantamento prematuro de valores, a insurgência também não merece acolhida. Colhe-se do aresto recorrido o seguinte fundamentação:

Vê-se, portanto, que **não há como entender que os cálculos apresentados pelos exequentes ora agravantes estão incorretos, ou mesmo que há controvérsia na apuração de valores, porquanto o valor que está sendo executado (dano material correspondente aos estornos indevidos da indenização do Proagro) encontra-se dentro dos parâmetros estabelecidos por esta 1ª Câmara Cível, nos termos dos acórdãos já mencionados anteriormente.**

Ora, mesmo que haja interposição de eventual recurso aos Tribunais Superiores, é cediço que não terão eles efeito suspensivo, porquanto, a regra geral é nesse sentido.

Saliento, por oportuno, que nesta mesma sessão de julgamento está sendo julgado o Agravo de Instrumento n. 1405624-11.2018.8.12.0000, interposto pelo Banco do Brasil S.A, no qual, novamente, tenta a instituição financeira rediscutir acerca da forma de apuração do valor devido quanto aos danos materiais (estornos indevidos da indenização do Proagro), **matéria esta atingida pela coisa julgada.** (fl. 54) [g.n.]

Nesse aspecto, evidencia-se, de forma indubitável que as razões declinadas no agravo em recurso especial encontram-se sem relação lógica com os

fundamentos do acórdão recorrido, o que configura deficiência insanável em sua fundamentação e atrai a inteligência das Súmulas 283 e 284/STF.

5.1. Demais disso, mostra-se evidente que a alegada violação dos dispositivos de lei federal constituem questões eminentemente fáticas, razão pela qual o acolhimento da pretensão veiculada no apelo especial, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

